



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

PESSOAS

PLANO DE FORMAÇÃO 2023



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Plano de Formação Transversal 2023

NÚMERO: 1

AUTOR: SGPCM - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros

DATA DA 1.ª EDIÇÃO: 17/4/2023

VERSÃO: 1.1

DATA DA VERSÃO REVISTA ATUAL:

Versão	Data de validação	Histórico de Modificações	Responsável
1.0	17/04/2023		Mafalda Pereira

Crédito

Crédito dois

David Xavier

O Secretário- Geral

Fátima Costa Ferreira

A Secretária Geral Adjunta

Mafalda Pereira

A Diretora de Serviços de Recursos Humanos

Maria João Ribeiro

A Técnica Superior

Índice

1. Introdução	5
2. Enquadramento Legal.....	8
3. ANEXO A.....	10
Formação Transversal	10
4. ANEXO B.....	13
Formação Académica e/ou Especializada.....	13
5 ANEXO C	15
Formação Avançada para a Administração Pública.....	15

1. Introdução

Nos últimos 4 anos a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) assumiu o compromisso de assegurar a formação profissional para com as suas pessoas trabalhadoras reconhecendo que esta é determinante para a sua evolução e valorização, assim como para a própria SGPCM, enquanto Secretaria do Centro do Governo. Nesse sentido, a DSRH/Pessoas – Núcleo de Formação (NF) tem vindo a desenvolver e a prestar um serviço de qualidade nesta área.

A SGPCM, tendo reconhecida a Certificação da Formação na atribuição das suas competências através da Lei Orgânica, entendeu que estavam reunidas as condições para alargar o seu Plano de Formação (PF) para as entidades e gabinetes aos quais presta apoio.

Assim, em 2023, a SGPCM redefiniu a política de formação interna, dando prevalência a áreas chave para o desenvolvimento organizacional dando enfoque às ações de formação transversais, e à divulgação destas para as nossas entidades e gabinetes, através da Equipa da Comunicação.

O presente PF foi elaborado com base no resultado do levantamento de necessidades formativas (LNF), através de um questionário online realizado no mês de outubro, do qual resultaram 119 respostas, num universo de 237 pessoas trabalhadoras à data do LNF, foram ainda realizadas reuniões com todos os dirigentes a fim de serem efetuadas as validações das ações indicadas, ou para acolher novas propostas dos dirigentes.

A realização das ações de formação prevê a contratação de prestação de serviços de entidades formadoras e formadores certificados. E, há semelhança dos anos anteriores, irá priorizar as sessões de partilha de conhecimentos entre trabalhadores, sendo que alguns destes tiveram a oportunidade de realizar a formação Pedagógica de Formadores na SGPCM, ao abrigo da parceria com o CENJOR.

Também será dada continuidade a algumas parcerias que têm contribuído e partilhado a sua experiência formativa com a SGPCM, tais como: o CENJOR, a CITE e a AMA-LABx. Atualmente, encontramos-nos a trabalhar com outros organismos, a fim de desenvolver novas parcerias nomeadamente com a CIG, Valor Sul, entre outras.

O PF prevê ainda a continuação de realização de ações de formação com o INA, não só as formações elencadas em catálogo, como também as ações de formação ao abrigo do PRR, e ações de formação ajustadas às necessidades das UO/Equipas – formação à medida.

Promove o acesso das ações de formação gratuitas na plataforma NAU, sublinhar que todas as pessoas trabalhadoras devem realizar, pelo menos, uma ação de formação nesta plataforma, a qual oferece uma vasta oferta formativa relevante, como exemplo, a temática da Cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança Portugal (CNCS).

Ainda assim, e considerando que o PF é um documento dinâmico, prevê-se a possibilidade da sua revisão, caso sejam identificadas outras necessidades formativas, propondo a inclusão de novas ações e/ou eventuais substituições por diversos motivos, designadamente, a reafecção de pessoas trabalhadoras em outras Unidades Orgânicas (UO), entradas e saídas das pessoas trabalhadoras.

Ressalva-se que a realização das ações de formação externa encontra-se sujeita a confirmação prévia por parte da entidade Formadora e depende da existência de um número mínimo de participantes.

Relativamente às ações de formação interna também estão condicionadas a um número mínimo de participantes e à calendarização das entidades formadoras e/ou formadores.

Dar nota que todas as pessoas trabalhadoras ao longo do ano têm a possibilidade de realizar as ações de formação transversais a toda a SGPCM.

Durante a execução do presente plano o NF manterá o regular contacto com as UO, através dos seus pontos focais, com o objetivo de ajustar a formação às necessidades reais, bem como efetuar a gestão e monitorização do PF.

Para a concretização do presente PF foi orçamentado e cabimentado o valor de 95.000,00 euros.

O NF efetuará a divulgação da monitorização mensalmente e trimestralmente através da comunicação.

Sublinhar que o presente PF assenta em quatro premissas relevantes à qualificação dos trabalhadores da SGPCM e das entidades e gabinetes que irão participar no Plano de Formação Transversal (PFT):



Compromisso - Todas as partes envolvidas neste PF são importantes na concretização do mesmo.



Parcerias - Dar continuidade às parcerias já existentes e promover novas parcerias com outras entidades.



Diversificar - Diversificar a oferta formativa em mais áreas temáticas relevantes.



Monitorizar - Dar continuidade à avaliação das ações de formação realizadas, de modo, a melhorar a oferta formativa.

2. Enquadramento Legal

O regime da formação profissional na Administração Pública tem como âmbito de aplicação o estabelecido no artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A Lei n.º 82/2019, de 2 setembro, que altera a LTFP, estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e determina que *“os trabalhadores têm o direito de frequentar ações de formação e aperfeiçoamento para o seu desenvolvimento profissional, incluindo as necessárias à renovação dos títulos profissionais obrigatórios para o desempenho das funções integradas no conteúdo funcional das respetivas carreiras”*.

Por sua vez, o Regime da Formação Profissional na Administração Pública (RFP), definido pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, aplicável ao universo definido no artigo 1.º da LTFP, entende que a *“Formação Profissional é um processo global e permanente de aquisição e desenvolvimento de competências exigidas para o exercício de uma atividade profissional ou para a melhoria do desempenho, promotor da valorização do desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública”*.

Assim, pode o empregador público reforçar o papel da formação como instrumento estratégico de gestão e proporcionar formação profissional aos respetivos trabalhadores, designadamente:

- i) Procurar que a formação abranja, tendencialmente, todos os trabalhadores, em situação de igualdade de oportunidades de acesso, garantida a adequação às efetivas necessidades;
- ii) Elaborar o diagnóstico de necessidades de formação, atendendo às exigências de desempenho e de desenvolvimento da organização, dos serviços e dos trabalhadores, de forma a garantir qualidade, relevância e integração aos investimentos e uma boa administração do sistema de formação;
- iii) Conceber e concretizar um Plano de Formação, com base nas necessidades identificadas, nas prioridades, nas estratégias e políticas de gestão e desenvolvimento, garantindo uma abordagem prospetiva à formação;
- iv) Avaliar a formação de forma sistemática e produzir um relatório de gestão da formação que contribua para a melhoria contínua do sistema;
- v) Desenhar ações de formação orientadas para resultados, alinhadas com a estratégia de gestão por competências, e criar as condições para a transferência das aprendizagens para o exercício do trabalho, envolvendo os trabalhadores e dirigentes;
- vi) Dinamizar uma cultura de gestão do conhecimento organizacional que incentive e valorize a difusão e utilização do conhecimento, não apenas ao nível

da formação formal, mas também das aprendizagens que se realizam em contextos informais, não formais e as que decorrem da iniciativa dos trabalhadores.

De salientar que a formação profissional consubstancia tanto um direito como um dever dos trabalhadores em funções públicas, definidos pelos artigos 14.º a 16.º do RFP.

3. ANEXO A

Formação Transversal

Área - Assuntos Jurídicos	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Alteração ao Código do Trabalho (ação de sensibilização)	DSRH / Pessoas - Dr. Bruno Plácido	Gratuito
Código do Procedimento Administrativo para Juristas	SINASE	844,00 €
Código do Procedimento Administrativo para Não Juristas	SINASE	844,00 €
Contratação Pública	SINASE	844,00 €
Contratação Pública (webinar)	Dr. Fernando Baptista	Aguarda-se orçamento
Descomplicar o Orçamento do Estado 2023	Dra. Filipa Magalhães	Aguarda-se orçamento
RGPD	Dr. Manuel Melo	Aguarda-se orçamento
Parentalidade	Dra. Sofia Galinho	Aguarda-se orçamento
Área - Gestão de Recursos Humanos	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Estatuto Trabalhador - Estudante (ação de sensibilização)	DSRH / Pessoas - Dr. Bruno Plácido	Gratuito
GeRHuP	DSRH / Pessoas - Dra. Filipa Dias e Dra. Isabel Gomes	Gratuito
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) - Tempo de Trabalho e não Trabalho Horários, Férias, Faltas e Licenças	DSRH / Pessoas - Dra. Eduarda Pereira e Dr. Bruno Plácido	Gratuito
Regime de Proteção nos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	SINASE	844,00 €
SIADAP 3	DSRH / Pessoas - Dra. Eduarda Pereira	Gratuito
Teletrabalho (ação de sensibilização)	DSRH / Pessoas - Dr. Bruno Plácido	Gratuito
Área - Contabilidade e Gestão Financeira	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Contabilidade para Não Financeiros	INA	4 500,00 €
Controlo de Gestão	INA	4 500,00 €
GerFip	EsPaP	3 500,00 €
Gestão Financeira	INA	4 500,00 €
Perceber o Orçamento	INA	4 500,00 €
Sistema Normalização Contabilística na Administração Pública	INA	4 500,00 €
Área - Projetos	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Gestão de Projetos (Webinar)	POP - Dr. João Costa	Gratuito
Área - Competências Digitais	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Armazenamento e Partilha de Documentos na Nuvem (ação de sensibilização)	DSMSA - E.I Tiago Pires	Gratuito
Big Data: Conceitos, Tecnologias e a Perspetiva Analítica da Simulação de Operações	NAU/Universidade de Evora	Gratuito
Cibersegurança	NAU/GNS	Gratuito
Elaboração de Dashboard	PRR/INA	Gratuito
GfiDoc (Ações de sensibilização- Como fazer um ofício? Como fazer uma informação? Dar entrada de documentos? Dar despacho? Saída de informação) (Webinar's)	DASI - Dr. Diogo Almeida	Gratuito
Informação: Cópias de Segurança, Armazenamento e Destruição	NAU/META RED	Gratuito
Organização e Manutenção do Arquivo	DASI - Dr. Nuno Branco	Gratuito
Power BI	PRR/INA	Gratuito
Área - Comunicação	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Marketing Digital	CENJOR	Gratuito
Escrita Criativa	CENJOR	Gratuito
Ferramentas de Comunicação Digital	NAU/CENJOR	Gratuito
Dar e Receber Feedback	NBCC Academy	850,00 €

Área - Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Comunicação Interpessoal e Assertividade	CENJOR	Gratuito
Felicidade e Bem- Estar Organizacional	Prof. Dra. Helana Marujo	1 000,00 €
Formação Pedagógica de Formadores	CENJOR	Gratuito
Gestão de Conflitos	CENJOR	Gratuito
Gestão do Tempo e da Organização do Trabalho	CENJOR	Gratuito
Inglês	British Council	3 750,00 €
Liderança	Direção - Dr. David Xavier	Gratuito
Gerir Pessoas Num Contexto de Mudança (DIRIGENTES)	NBCC Academy	1 500,00 €
Adaptar-se à Mudança Gerindo a Transição	NBCC Academy	960,00 €
Área - Ambiente e Sustentabilidade	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Economia Circular	Valor Sul	Gratuito
Gestão de Resíduos	Valor Sul	Gratuito
Recicle Mais e Melhor	Valor Sul	Gratuito
Área - Segurança e Saúde no Trabalho	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Primeiros Socorros	PREVIMED	Gratuito
Segurança e Saúde no Trabalho	PREVIMED	Gratuito
Área - Cidadania	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Igualdade do Género entre Homens e Mulheres	CIG	Gratuito
Orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – Conceitos e legislação relevante	CIG	Gratuito
Área - Políticas Públicas	Entidade Formadora	Estimativa de Custo
Curso Avaliação de Políticas Públicas	ISCTE	Aguarda-se orçamento

4. ANEXO B

Formação Acadêmica e/ou Especializada

Pessoa Trabalhadora	Licenciatura	Entidade	Estimativa de custo
Cátia Jeronimo	Licenciatura em Ciências Sociais (2º ano - continuação)	Universidade Aberta - privada	697,60 €
Ana Filipa Matias	Licenciatura em Ciências Sociais (1º ano)	Universidade Aberta - privada	697,50 €
Ana Paula Nunes	Licenciatura em Ciências Sociais	Universidade Aberta - privada	696,00 €
Luis Belo	Licenciatura em Ciências Sociais (2º ano - continuação)	Universidade Aberta - privada	696,60€
José Vaz	Licenciatura em Ciências Sociais (1º ano)	Universidade Aberta - privada	696,60€
Florbela Albuquerque	Licenciatura em Ciências Sociais (1º ano)	Universidade Aberta - privada	697,50 €
Bela Filipe	Licenciatura em Políticas Públicas e do Território (2º ano - continuação)	ISCSP - público	697,50 €
Pessoa Trabalhadora	Pós Graduação	Entidade	Estimativa de Custo
Henriquison Carvalho	Pós Graduação em Gestão Financeira no Setor Público	ISCTE	1950,00 €
Maria Paula Alfaro	Pós Graduação em Gestão Financeira no Setor Público	ISCTE	1950,00 €
Pessoa Trabalhadora	Mestrado	Entidade	Estimativa de Custo
Beatriz Anjos	Mestrado de Museologia e Museografia (2º ano - continuação)	Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa	1500,00 €
Marco Marques	Mestrado em Direito (dissertação)	Faculdade de Direito de Lisboa	1267,03 €
Diogo Rodrigues	Mestrado em Administração Pública (2º ano - continuação)	ISCTE	1250,00 €
Joana Catalão	Mestrado em Políticas Públicas (2º ano - continuação)	ISCTE	1250,00 €
Lúcia Pinto	Mestrado em Políticas Públicas (2º ano - continuação)	ISCTE	1250,00 €
Pedro Galvão	Mestrado Gestão de Políticas Públicas (Dissertação)	ISCSP	1250,00 €
Pessoa Trabalhadora	Doutoramento	Entidade	Estimativa de Custo
Maria João Rodrigues	Doutoramento em Ciências da Comunicação - Comunicação Estratégica	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	2500,00 €
Pessoa Trabalhadora	Cursos de Especialização	Entidade	Estimativa de Custo
Claúdia Calixto	Programa Geral de Gestão	Católica Lisbon School of Business & Economics	1300,00 €
José Augusto	HR Data Analytics	Cegoc	1230,00 €
Raquel Gomes	Adobe Photoshop	FLAG	600,00 €
Ricardo Tavares	User Interface Design	EDIT	2484,00 €
Carla Nogueira	Google analytics	FLAG	540,00 €
Filomena Oliveira	Programa Avançado de Recursos Humanos	Universidade Católica	1050,00 €
Bruno Plácido	Programa Geral de Gestão	Católica Lisbon School of Business & Economics	1300,00 €
João Costa	Prospetiva Estrategica (Planeamento Estratégico)	Nova School of Business & Economics	370,00 €
Rita Nascimento	Design Thinking for Business Innovation	Católica Lisbon School of Business & Economics	590,00 €
Raquel Guerra	Business Continuity Management	RUMOS	885,60 €
Mafalda Pereira	Curso Intensivo - A Reforma do Código do Trabalho	Instituto de Direito do Trabalho- Faculdade de Direito de Lisboa	300,00 €
Eduarda Pereira	Curso Intensivo - A Reforma do Código do Trabalho	Instituto de Direito do Trabalho- Faculdade de Direito de Lisboa	300,00 €
Rosalinda Martins	Curso Intensivo - A Reforma do Código do Trabalho	Instituto de Direito do Trabalho- Faculdade de Direito de Lisboa	300,00 €
André Abraão	Curso Intensivo - A Reforma do Código do Trabalho	Instituto de Direito do Trabalho- Faculdade de Direito de Lisboa	300,00 €
Bruno Plácido	Curso Intensivo - A Reforma do Código do Trabalho	Instituto de Direito do Trabalho- Faculdade de Direito de Lisboa	300,00 €

5 ANEXO C

Formação Avançada para a Administração Pública

Dirigentes Superiores	Formação Avançada para a Administração Pública*
David Xavier Fátima da Costa Ferreira Susana Melo	FA > AP Dirigentes Superiores
Dirigentes Intermédios	Formação Avançada para a Administração Pública*
Ana Sofia Silva Helga Duarte Joelma D'Almeida José Viegas Margarida Alves Rosalina Martins	FA > Dirigentes Intermédios
* De acordo com Portaria n.º 103/2023 de 12 de abril, aguarda-se divulgação por parte do INA dos Consórcios	



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral